APRESENTAÇÃO

"O espaço é a morada do homem, mas pode ser também sua prisão"
Milton Santos, 1978

Há algo de irredutivelmente humano na maneira como habitamos os espaços que herdamos e os poucos que conseguimos, à força de disputa e desejo, manter e reinventar. Este número nasce desse gesto simples e, ao mesmo tempo, grande, o de habitar. Uma rua, uma classe social, um mercado, um território e, ao habitar, disputar sentido. Cada um dos artigos aqui reunidos é, à sua maneira, uma pequena cartografia política da permanência e reinvenção de espaços. A rua que carrega o sobrenome de um imigrante polonês e, com ele, a memória de quem atravessou o atlântico para recomeçar. O espaço social bourdieusiano em que cada gesto e gosto é também uma cicatriz de origem. O mercado que Honneth como promessa ainda não cumprida de reconhecimento, e o sertão maranhense que, mesmo sob ações do agronegócio, conta sua história através da memória insurgente dos Balaios e das Balaiadas. Talvez seja este o convite mais profundo que a sociologia nos oferece, de exercer a escuta, sob o silêncio aparente das estruturas, das vozes que nomeiam e entoam a existência política.

No artigo que abre o nosso décimo segundo volume, "*O uso da ferramenta legislativa de denominação de endereços para se estudar imigrantes poloneses em Curitiba – Paraná*", Rafaela Mascarenhas Rocha convida o leitor a enxergar a cidade não apenas como espaço construído, mas como um arquivo vivo de disputas simbólicas por memória e pertencimento. Ao investigar a denominação de logradouros públicos como ferramenta legislativa de homenagem, a autora inscreve seu objeto dentro de uma nascente Sociologia das Homenagens, na qual o nome de uma rua deixa de ser um dado urbanístico para se tornar índice da representatividade - assim como da invisibilidade - de grupos imigrantes na construção da identidade citadina. Tomando como caso os 527 endereços curitibanos que homenageiam imigrantes poloneses e seus descendentes, oficializados entre as décadas de 1950 e 2010, o artigo detalha uma metodologia que articula levantamento quantitativo de projetos de lei na Câmara Municipal, verificação onomástica via plataformas especializadas e trabalho de campo, revelando que a lógica das denominações obedece menos ao prestígio ou à trajetória dos homenageados do que ao ritmo acelerado da expansão urbana e à atuação pontual de parlamentares de origem polonesa. Trata-se, assim, de uma contribuição tanto metodológica quanto

interpretativa, que demonstra como o estudo desses processos legislativos de nomeação e homenagens pode iluminar os caminhos da urbanização, os mecanismos político-administrativos de produção da memória coletiva e a maneira pela qual a cidade, em sua cartografia cotidiana, negocia silenciosamente quem merece ser lembrado.

No segundo artigo, "*As classes sociais em Bourdieu*", Marcos Alves Fernandes retoma uma das questões mais persistentes da teoria sociológica: como pensar as desigualdades de classe para além de um paradigma estritamente econômico? Nesse sentido, o artigo propõe revisitar o modo singular pelo qual Pierre Bourdieu reformulou esse debate ao longo de sua obra. Partindo do diálogo crítico que Bourdieu estabelece com Marx e, sobretudo, com Weber, o autor demonstra como a noção de classe se desloca de um critério puramente objetivo e estrutural para se converter em um espaço social multidimensional, no qual os agentes se distribuem conforme o volume e a composição de seus "capitais". É nesse percurso que o habitus surge como elo explicativo entre a posição ocupada nesse espaço e as práticas concretas dos indivíduos, dando origem a estilos de vida e a hierarquias de gosto que funcionam, em última instância, como mecanismos sutis de distinção e reprodução das desigualdades. Ao reconstituir esse arcabouço conceitual com base em obras seminais do sociólogo francês e em seus principais comentadores, o artigo oferece um panorama denso e articulado que evidencia as contribuições teóricas e empíricas elaboradas por Bourdieu no campo sociológico da estratificação social.

No terceiro artigo, "*O mercado como expressão da autorrealização: uma interpretação de o direito da liberdade em Axel Honneth*", Matheus Michels Kieling revisita o estatuto do Mercado dentro da tradição da Teoria Crítica, mais especificamente no âmbito da sua terceira geração, marcada pela virada normativa de Axel Honneth. O artigo explora como, em *O Direito da Liberdade*, o mercado deixa de ser apenas um espaço de dominação sistêmica para tornar-se uma instituição portadora de promessas éticas de autorrealização, articulada pela ideia de liberdade social. A partir desse eixo, o texto reconstrói o funcionamento das esferas do consumo e do trabalho, examina as objeções de autores como Timo Jütten, Fabian Freyenhagen e Jörg Schaub, e mostra como Honneth responde a essas críticas ao reformular sua teoria em direção a um "socialismo de mercado". O resultado é uma investigação sociológica que exibe tanto as tensões normativas do capitalismo contemporâneo quanto as possibilidades de cooperação e reconhecimento que ainda podem emergir de suas estruturas.

Por fim, no artigo "*Economia interpretativa e o levante dos balaios: A re-*

existência e a ressignificação dos códigos opressores", Sylvana Kelly Marques da Silva Laibida, Luiz Demétrio Janz Laibida e Cíntia Raquel Soares Pinheiro abordam uma questão que persiste no cerne das ciências sociais latino-americanas, como pensar o desenvolvimento fora dos marcos puramente econômicos herdados da modernidade colonial, quando é justamente essa matriz que segue moldando os imaginários, as subjetividades e as hierarquias que organizam a vida nos territórios marginalizados? Ancorados na Economia Interpretativa de Jonathan Warren e em diálogo com o pensamento decolonial de Aníbal Quijano e a noção de Bem-Viver de Alberto Acosta, os autores investigam, por meio de etnografia e observação participante, as experiências de resistência cultural no Baixo Parnaíba Maranhense – região marcada pela expansão do agronegócio, pela violência agrária e por uma das mais baixas taxas de desenvolvimento humano do país. É nesse cenário que emerge o Projeto Balaiada, iniciativa de turismo de base comunitária que resgata a memória da Revolta dos Balaios iniciada em 1838 para tecer novas narrativas identitárias e territoriais junto às comunidades locais. Ao mesmo tempo em que reconhece no projeto uma experiência paradigmática de reexistência e desenvolvimento endógeno, o artigo não deixa de apontar seus limites, as marcas profundas do personalismo, do clientelismo e da colonialidade atravessam as relações socioespaciais da região, evidenciando que a ressignificação plena dos códigos exibe um horizonte em disputa.

Bruno Correa de Oliveira

Gabrielle Paula de Oliveira

Editores-chefes da Revista Sociologia Plurais